

ENTRE A PLANTAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E A COLHEITA DA MAÇA: EXPROPRIAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO INDÍGENA NO AGRONEGÓCIO

Jeanne Mariel Brito De Moura Maciel (jeannemoura@ufgd.edu.br)

Karoline Barille Dias (maribrito21@yahoo.com.br)

A literatura especializada tem apontado à larga utilização da mão de obra indígena desde meados do século XX no agronegócio. As pesquisas revelam que mesmo o intenso trabalho na cana-de-açúcar tendo sido atenuado com a mecanização do setor no estado do MS, o trabalho nos pomares de maçã ainda é manual e tem demandado um grande fluxo de trabalhadores migrantes para a região Sul do país. Nesse processo, destaca-se que a migração dos indígenas Guarani-Kaiowá para o trabalho na maçã ocorreu de forma mais consistente – e organizada - a partir dos anos 2010, cujo destino, preferencialmente, é o estado do Rio Grande do Sul e, em menor quantidade, Paraná. No tocante a metodologia, realizou-se uma pesquisa qualitativa, por meio de uma pesquisa de campo, na aldeia de Amambai – localidade de maior deslocamento laboral. Nessa fase da pesquisa, a questão central era compreender como ocorria a inserção dos indígenas nos espaços de trabalho em outros estados. Também foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema. Como objetivo principal, buscou-se mapear a inserção dos trabalhadores nas indústrias agrícolas e, como objetivos específicos: caracterizar quem são os indígenas em termos de perfil, gênero, município de origem e tipos de trabalhos nessas plantações. A análise dos resultados da pesquisa apontou que: a migração é realizada de forma temporária e os deslocamentos são organizados pelas próprias empresas que visitam as aldeias dos municípios do cone sul do estado do MS – como Amambai, Tacuru, Paranhos, Coronel Sapucaia -, em busca de mão de obra “barata”. Muitos desses trabalhadores se deslocam até três vezes ao ano para trabalhar nos pomares na função denominada de “catador” – aquele que é responsável por coletar as maçãs e encher as sacolas com as frutas. Destaca-se, ainda, que essa função é caracterizada como “braçal”, e que é estigmatizada e rejeitada pelos não-índios-moradores da região Sul que também trabalham nos pomares, mas que desempenham outras funções. No tocante ao perfil dos trabalhadores indígenas, são em sua maioria homens, jovens de até 40 anos, casados, com filhos e com o nível de instrução incompleto. Concretamente, esses dados apontam para a complexidade que sempre acompanhou as tensas relações de trabalho que envolvem os Guarani-Kaiowá no estado do MS desde o período colonial, apontando para a necessidade de que outras pesquisas sejam desenvolvidas a fim de se construir um panorama mais abrangente das relações de trabalho dos indígenas com as sociedades não-indígenas.

Agradecemos à UFGD pelo financiamento da pesquisa por meio da concessão de uma bolsa de Iniciação Científica.